

RECENSÕES

Iohannis Duns Scoti. Collationes Oxonienses. A cura di Guido Alliney e Marina Fedeli, Firenze: Sismel-Edizioni del Galluzzo (Union Académique Internationale/Unione Accademica Nazionale: ‘Corpus Philosophorum Medii Aevi. Teste e Studi’: 24), 2016, CLXXXII+317pp. ISBN: 978-88-8450-737-2

É sempre um acontecimento digno de relevo o surgimento de uma edição crítica de mais uma obra do eminente filósofo e teólogo medieval franciscano João Duns Escoto (1265-1308) ou, como é o caso, vê-lo-emos, do seu círculo oxoniano. É sobretudo conhecida a dificuldade em levar a cabo um empreendimento sobre as obras de Escoto. Como escrevemos, em jeito de divulgação, entre nós, nas páginas de abertura da tradução que publicámos do *Tratado do Primeiro Princípio* (Lisboa 1998), os raids brutais levados a cabo por Richard Layton à Biblioteca da Universidade de Oxford (1535 e 1550) – um primeiro paralelo entre nós será, dois séculos mais tarde, a intervenção de Pombal relativamente à produção bibliográfica jesuíta, para já não falarmos do esbulho liberal, que agora podemos conhecer melhor graças à atenção de L. Giurgevich e H. Leitão (*Clavis Bibliothecarum*, Lisboa 2016) – e, depois, uma morte prematura, que impossibilitou Duns Escoto de uma última demão à sua obra, deixaram-nos uma tarefa impossível. Referimo-nos à ambição de reconstituir ou mesmo de conhecer a obra integral do mestre franciscano, seguramente um dos maiores filósofos ocidentais (vd. e.g. A. Vos, “Scotus’ Significance for Western Philosophy and Theology”, in *Lo Scotismo nel Mezzogiorno d’Italia*, Porto, 2010), digno de emparceirar com Platão, Agostinho, Descartes, Kant ou Hegel. Toda a gente conhece, depois, a famigerada correlação entre pensamento escotista e subtileza, patente no apelido escolar e doutoral com que Duns Escoto passou à história (logo após as palavras nesse mesmo sentido preferidas pelo seu superior e admirador, Gonçalo de Espanha). Como ápodo, no século XVII português, ele explica um comentário desapontado, que uma mão anónima deixou grafado no manuscrito de João do Amaral de Vasconcelos (1632): “scotistas são altos engenheiros, mas alguns tanto escuros, pera se não entenderem suas traças, nem serem compreendidas suas formalidades”. A obra que passamos a recensear tem algumas especificidades que a tornam ainda mais indispensável, em termos de edição, e mais problemática, em termos de

valoração. Estão, por isso, os dois editores principais, de parabéns, embora seja curial referir que o trabalho que iremos apresentar é obra de uma equipa, coordenada por G. Alliney. Sob a batuta dos dois co-editores referidos em epígrafe, integraram essa equipa Alessandro Pertosa, Jacopo Falà e Emanuele Sorichetti, cujo trabalho deve ter sido ainda consolidado num (ou em tornos dos quais se realizou um) seminário, em 2014, intitulado, *Collationes Oxonienses. Analisi di un inedito attribuito a Giovanni Duns Scoto*, que contou com a participação de alguns nomes internacionais de referência nos estudos escotistas (pp. v-vi). Não obstante este espírito de equipa, a obra publicada resulta principal e individualmente da mão mais independente dos dois co-editores, que, como diremos nas ocasiões devidas, se responsabilizaram por partes distintas do volume. Ora, este condicionalismo, é mais uma indicação das enormes dificuldades ligadas à edição das chamadas *Collationes oxonienses*, até agora maioritariamente conhecidas ou acessíveis através da famosa edição incompleta, não confiável, não rigorosa e confusa (p. xliii) dos *Opera Omnia I.D. Scoti*, da responsabilidade de Lucas Wadding (1639). É sabido como esta edição continuava a misturar as *Collationes* de Paris com as de Oxford (p. xxv) e, em rigor, até aos anos 80 do século XX poucos eram os estudiosos a prestar atenção à colecção de Oxford, cujas 26 questões têm uma única característica comum, a saber, a ausência de “determinação” (p. clviii). Embora marginalmente, recordemos que, se tirarmos relevância à possibilidade de o conhecimento do pensamento escotista poder ser contemporâneo do próprio Escoto, chegaram a Portugal edições anteriores à de Wadding, a saber, três edições das *Sentenças (Quaestiones in quattuor libros Sententiarum*, Nurenberge 1481, *Quaestiones in quattuor libros Sententiarum cum textu Petri Lombardi Tabula*, Venetiis 1490 e *Quaestiones in quattuor libros Sententiarum a Philipp de Bagnacavallo emendatae*, Venetiis 1497); uma edição dos *Quodlibeta (Quaestiones quodlibetales*, Nurenberge 1481); e uma dos *Comentários à Metafísica (Commentaria ... in XII. Libros Metaphysice Aristotelis Emendata ... per Mauricium Hibernicum*, Venetiis 1501). Sabemos, por fim, que Frei Diogo de Murça trouxe a obra de Escoto consigo, para a Universidade de Coimbra, num período áureo da história europeia da nossa instituição académica. Começemos, então, por evidenciar algumas das novidades que a edição deste título tão híbrido nos traz. Embora muito cedo atribuídas (já por uma parte da tradição manuscrita) à autoria de Escoto, temos agora a confirmação segura de que as 26 *quaestiones* que formam as *Collationes* provêm antes do círculo franciscano de Oxford. O esclarecimento deste facto permitiu, primeiro, identificar outras intervenções, de tipo variado, de entre as quais sobressai decerto, como horizonte mental, Henrique de Gand (+1293) e, como intervenientes, Ricardo de Conington (+1330) e Roberto de Cowton (fl. 1300). Temos, depois, um conhecimento mais profundo e minucioso do ambiente filosófico oxoniano dos primeiríssimos anos do século XIV. Estamos a falar de um período da história da filosofia acerca do qual, para recorrermos às palavras de quem, por esta ocasião, também gostaríamos de homenagear, o falecido L.M. de Rijk (2012), se reconhecia que “[e]very historian interested in the period around 1300 is familiar with the bro-

ader situational background of the academic debates. Doctrinal diversities were clothed in the rivalry between the two predominant Orders of those days, the Black Friars (or Dominicans) and the Grey Friars (Franciscans), who were the champions of the Aristotelian-Thomistic mainstream and the Augustinian/Avicennian orientation (including a sensibility for Neoplatonism), respectively”. Teremos de dar a este ponto o relevo que ele merece, mais adiante, sobretudo quando abordarmos algum do heteróclito conteúdo das 26 questões, mas saltará imediatamente à vista de qualquer leitor desta edição que a nota do professor de Rijk é incompleta. Podemos doravante acrescentar que, na busca de uma identidade franciscana (no caso oxonienese), os discípulos de São Francisco, aqueles que reconheceram, decerto também na sequência da intervenção de Santo António de Lisboa, a importância da cultura na Ordem do *Poverello*, se dividiam entre si em debates académicos. Ora, segunda lição, estes debates estão longe de poderem ser classificados historiograficamente apenas pela distinção, ainda de sabor gilsoniano, a que a nota acima de de Rijk aludia. Estes dados constituem uma pérola com a qual, infelizmente, a cultura portuguesa parece não poder rivalizar, não, estamos em crer, porque a tal tivesse sido alheia, mas antes porque não chegou até aos nossos dias nenhum testemunho deste calibre relativo à situação filosófica nacional daquela época. Um outro aspecto de novidade da equipa de Macerata, diz respeito ao esclarecimento da semântica de “collatio” (p. lxxxii), sobretudo no quadro de uma concepção alternativa de “obra filosófica” (ou talvez fosse melhor dizermos de “trabalho filosófico”). Alarga-se a amplitude e a tipologia da *collatio* – está contudo por ponderar a sua particularidade geográfica – a qual passa agora a referir também um “exercício de discussão desenvolvida principalmente em âmbito extra-universitário” (p. ix) ou, melhor ainda: um estilo subdivisível em pelo menos três tipologias distintas, a saber, (i) disputas entre dois interlocutores em torno do tema formulado na questão, casos das qq. 1-11 e 24-26 das *Collationes* ora publicadas; (ii) disputa entre dois interlocutores em torno de opiniões apresentadas na parte inicial da questão, caso das qq. 12-17 das mesmas; e (iii) defesa, por um estudante (ou bacharel), da sua própria opinião sobre temas correlacionáveis, casos das qq. 18-23 de idêntica factura (p. xcvi). A edição dos nossos colegas de Macerata obedece aos melhores requisitos no domínio científico aqui exigido. O texto latino é-nos restituído com os dois imprescindíveis aparatos, o das variantes e o das fontes, explícitas, implícitas, além da preocupação em possibilitar a identificação de circulação de ideias (p. clxxviii). Impossível escamotear a importância destes dados tão minuciosos, para quem se dedica à História da Filosofia. Numa longa e bastante exaustiva “Introdução” (pp.xxiii-clxxxiv) o leitor mais erudito é informado sobre a “tradição manuscrita” (descrição de códices, famílias e relações internas); a tradição publicada; análise textual (incidindo sobre argumentos comuns e diversos nas várias versões); análise quantitativa; análise do género literário (voltaremos adiante à formulação da hipótese dos quatro grupos que dividem as 26 questões); análise doutrinal (também escorada na hipótese desses quatro grupos); conclusões e outras considerações sobre a metodologia editorial, lista de abreviatu-

ras, “tabula signorum” e, no fim do volume, como é norma, os imprescindíveis índices de manuscritos, de autores antigos e medievais e de autores modernos e contemporâneos. Todos estes critérios não só não contrariam as melhores práticas codicológicas como cumprem os requisitos da notável série em que este volume se insere, “Corpus Philosophorum Medii Aevi”. Lembramo-nos sobretudo, inevitavelmente, dos valiosos volumes até agora ali acolhidos dos *Opera Omnia* de Egídio Romano. No caso de Escoto ora em apreço, de entre os sete códices subsistentes e, tendo por base a comparação efectuada sobretudo na *collatio 7* (a única que se encontra em todos os códices), a co-editora M.F. toma como referência editorial o códice F (Balliol College 209, do século XV), que aparece como proveniente da segunda das três famílias independentes, e avança com a sua hipótese de um *stemma codicum* plausível (p. xlii). Quanto à génese alvitrada para a colecção ter chegado até nós, ela é a seguinte: havendo, um *reportator*, assistido aos exercícios escolares, a sua versão foi posteriormente trabalhada ou ampliada por estudantes mais avançados – deste trabalho, mais individual ou mais colectivo, resultam as semelhanças e dissemelhanças entre os textos produzidos (p. cliii). Não tendo, nós, competência bastante, para nos pronunciarmos sobre estes domínios, passaremos das minudências codicológicas e filológicas para aspectos mais substantivos, como convém a uma *Revista de Filosofia* como a nossa. Detenhamo-nos, primeiro, na hipótese dos quatro grupos de *collationes*, mais sob o ponto de vista doutrinal do que literário (embora os dois estejam ligados, em parte), assim apresentados: qq. 1-11 (1º grupo); qq. 12-17 (2º grupo); qq. 18-23 (3º grupo); e qq. 24-26 (4º grupo). Importa dar a divulgação necessária a esta divisão: o primeiro grupo concerne a problemas teológico-metafísicos aos quais M.F. atribui uma unidade temática (p. cliv); esta uniformidade continua no segundo grupo, embora reconhecendo uma desestabilização estrutural, em comparação com as questões do grupo anterior, e uma descontinuidade em relação às doutrinas expostas, em que predominam as posições de Conington (p. clv); caracterizado, de novo, por uma estrutura formal comum, no terceiro grupo detecta-se uma apreciável alteração temática, porquanto são os temas da vontade humana e da psicologia do acto voluntário que imperam – M.F. chega mesmo a falar de “breve trattato sulla volontà” (p. cliv) – e as posições doutrinárias continuam ser anti-escotistas, eventualmente de novo afins a Conington (p. clv); por fim, o quarto grupo que, retomando embora o figurino típico da “collatio”, dada a diversidade temática das questões, torna difícil precisar os interlocutores, embora a presença de Escoto seja uma possibilidade (pp. cl-cli e cxlix). Embora distinto da quádrupla divisão antes apresentada, o problema intersecta-se precisamente com o léxico de “collatio” referido (os editores usam indiscriminadamente “quaestio” e “collatio”). Como se vê, o problema é sensível, porque passa a ser possível confirmar ou não hipóteses autorais e ambientes mentais: a Escoto podem ser atribuídas as questões do grupo 1; a Conington, as do grupo 2; a um exercício escolar, as do grupo 3; ficando, as do grupo 4, no limbo (dizemos nós) de exercícios reunidos ao acaso. Pela sua relevância este ponto, assinado por G.A, merece detença, embora, evidentemente, nos quadros de uma mera

recensão, o não possamos pormenorizar mais do que o que seria razoável (pp. xcix-clii). Embora G.A. fale do “carattere composito” das *Collationes* (v.g. p. cliv), pela nossa parte preferiríamos sublinhar, tal como acima escrevemos, o seu “carácter heteróclito”, como aliás convém aos exercícios escolares. Isto não nos autorizaria a sermos tão taxativos, como o editor, quanto a uma alegada “uniformidade temática” das primeiras 17 questões: se estas abordam temas metafísicos e teológicos, particularmente no quadro da relação, as seis questões seguintes pertenceriam à temática da vontade humana, sendo as últimas três questões de classificação mais difícil. Voltaremos ao assunto, embora mais pelo recurso ao princípio de uma certa combinação de questões pertencentes a grupos distintos. Também os argumentos de ordem tipológico-textual nos parecem merecedores de cautela, sobretudo no quanto concerne à similitude na tipologia da discussão entre as questões do primeiro e do quarto grupos. Ainda mais provocadora, decerto, e um verdadeira avanço no conhecimento, é a interpretação concernente às posições doutrinárias e seus eventuais representantes. Eis as hipóteses que ainda darão que fazer aos estudiosos. A identificação da presença de Escoto, a intervir no primeiro grupo; no segundo, a orientação de Conington, criticando Escoto; no terceiro, a hostilidade crescente frente a Escoto; quanto ao último, sempre o mais difícil, embora na questão 24 – “Utrum in divinis voluntas ut concors sit principium formale spirandi spiritum sanctum” (pp. 268-272) – se possa entrever a participação de Escoto (ou mais rigorosamente: “non è da escludere la partecipazione di Scoto”, p. clvi), nada mais se pode dizer a respeito, dada a ausência de coerência entre as qq. 24-26. Similarmente, não se deve ver nesta ordem qualquer alvitre de matriz cronológica. Em suma, pode dizer-se que a interpretação editorial foi em busca e privilegiou o motivo do sentido unitário ou da busca dos padrões uniformes, decerto repetindo desta feita a mesma bitola cerebral que C. Sagan identificou agudamente na classificação e/ou nomeação das constelações, no campo da história da astronomia (os recentes trabalhos de António Damásio no âmbito da neurologia cerebral permitem compreender esta necessidade da inteligência humana). Atestando a qualidade, o vivo entusiasmo e a inegável importância do trabalho editorial da equipa de Macerata, temos de reconhecer que a maior originalidade das hipóteses lançadas é também aquela que mais ainda nos dará que fazer, nos tempos futuros, no âmbito dos estudos da história do escotismo e do anti-escotismo franciscanos. De entre os contributos mais relevantes no respeitante, seja à identificação autoral das *Collationes oxonienses*, seja ao seu estudo doutrinário, seja ao seu horizonte filosófico mais relevante (para uma recensão do assunto, pp. ix-xvi), e sem queremos ser injustos pela omissão, teremos de citar, de entre os mais recentes, os de O. Boulnois, S. Dumont, G. Alliney, R. Cross e A. Vos. Estas 26 questões ora editadas dão-nos irrefragável testemunho sobretudo da situação ou do ambiente filosófico-teológico franciscano dos inícios do século XIV em Oxford – logo na p. xviii é-nos proposta a datação para o conjunto destas *collationes*, 1300-1301 e, noutro lugar (p. clix), são-nos dadas informações ainda mais precisas, para o semestre da Primavera de 1301. Independentemente dos quatro grupos sugeridos pelos editores, deixemos

também uma referência ao que realmente importa, o conteúdo temático e problemático das 26 *collationes* ou *quaestiones* (não sabemos se esta hesitação lexical que os editores também praticam se deve manter), afinal a razão de ser desta publicação que passa a ser um marco nos estudos da escotismo oxoniano, isto é, do tempo em que João Duns Escoto estanciava ainda em Oxford antes de o Capítulo Geral o enviar para Paris (1302) e de ser elevado finalmente ao prestigiante grau de mestre em Teologia (1305). Dando como superável, dizemos nós, a antiga discussão que levou Allan B. Wolter e W.J. Courtenay a dividirem-se sobre a presença ou não de Escoto em Paris previamente a 1300, gostaríamos de avançar sermos daqueles que consideram ser possível traçar, à guisa de individualização – para a lógica, e.g. o mesmo já o propôs C. Marmo –, dimensões mais inglesas do que continentais. Consequentemente, nada nos impede de pensar que a “recepção” crítica de Escoto em Oxford pode testemunhar uma marca de singularidade (seja como negativo, seja como positivo, estes dois termos aqui tomados numa acepção exclusivamente fotográfica). Acresce que a estas duas últimas dimensões não pode ser alheia a particularidade da contribuição do Doutor Subtil. E esta pode assinalar-se como motivo de resolução da velha verificação de E. Gilson quando reparou que Escoto pensou como se toda a filosofia tivesse principiado com Henrique de Gand. Isto é verdade, é também confirmado, à sua maneira, por esta edição crítica, já chegou mesmo (penso em Ch. Grellard, 2011) a permitir topar-se com um ataque *ad hominem* de Escoto ao Gandavense, e permite-nos ainda avançar com uma outra hipótese de trabalho que convirá explorar mais. Referimo-nos ao episódio histórico do Capítulo Franciscano de Strasburgo (1282) que indica o ensino de Henrique para os conventos da Ordem. Ora, esta “Strasbourg connection”, chamemos-lhe assim, de maneira pouco ortodoxa, mas cinematográfica, poderá vir a explicar, também a nosso ver: (i) a especificidade do contributo escotista (chamemos-lhe ou não, “inglês”); (ii) as dificuldades da sua recepção nas ilhas britânicas; (iii) o encontro de alternativas teóricas, quais as que as *collationes* ora editadas podem explicar, pelo menos em parte; (iv) a aparência, finalmente, de que, para Escoto, tudo começa com o Gandavense. Na impossibilidade de tratar de todas estas hipóteses aludamos tão-só, para terminar, ao caso Henrique de Gand (sempre lembrado, de Gilson a G.R. Smith, embora não queiramos sequer colocar no mesmo pé estes dois investigadores, como é óbvio). Em muitos pontos, e mormente em questões metafísicas, quais as da univocidade, da relação, ou a da interpretação a dar ao “esse essentiae” (vd. a este último respeito, entre nós, as páginas centrais da nossa monografia de 2001, *A Novidade do Mundo: Henrique de Gand e a Metafísica da Temporalidade no Século XIII*) cedo Duns Escoto se mostrou assaz crítico do pensar do teólogo flamengo. Não vale a pena insistirmos nesta dissidência. Ora, testemunho relevante destas 26 *collationes* é, isso sim, a importância dada ao Gandavense e o reconhecimento dessa dissidência por parte de um dos mestres de Oxford, nada menos, nada mais do que o próprio Duns Escoto (pelo menos assinalável desde 1298/99, v.g. no seu *De Anima*, para ser retomada na *Lectura*). Por exemplo, Cowton e Conington mostram-se, bons conhecedores da doutrina escotista da

univocidade, embora aquele, num testemunho de 1309/11, e este, de 1306/10. No entanto, coevos de Escoto na Oxford de 1300, algumas posições de Cowton e Conington são retomadas lapidarmente, v.g. nas qq. 4, 12 ou 17 (vd. pp. 36, 45, 164, 166, 168, 171, 173, 228, 229), para não quisermos alongar as referências a outros muitos passos. Em 4, pergunta-se sobre a univocidade do conceito de ente simplesmente a respeito de Deus e da criatura (pp. 35-48), em 12, se é possível conhecer-se por investigação natural a essência de Deus (pp. 149-175) e em 17, sobre a noção de “vestígio”, de novo no quadro do estatuto das essências (pp. 225-244). Tudo somado, há plausibilidade bastante em se querer retomar, quer – o que será menos importante – a proposta da quádrupla divisão das *quaestiones* aqui conjecturada, quer – o que, para nós, será seguramente mais importante – aprofundar os estudos sobre a presença de Henrique de Gand nas *Collationes Oxonienses*. Enquanto exercícios escolares que testemunham no buliçoso ambiente académico de Oxford, em simultâneo, os contornos teóricos de um Henrique de Gand e a absoluta novidade escotista, mais do que em busca de um autor (ou vários) as *Collationes Oxonienses* impelem-nos para indagarmos da diversidade franciscana oxoniana, da sua geografia mental – aflorámos a temática da geografia filosófica, pela primeira vez num breve ensaio na *Biblos*, de 2004, intitulado “Acidentais ocidentes e a surdez de Aristóteles. Para uma geografia da Filosofia” – e, ligado a este último aspecto, do modo como se preparavam os jovens franciscanos para o exercício de uma filosofia tal como ela deve ser praticada, desde que bem entendida, ou seja, sem “determinar”, quer dizer sempre interrogando.

Mário Santiago de Carvalho

Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Unidade I & D I.E.F.

carvalhomario07@gmail.com

DOI: https://doi.org/10.14195/0872-0851_53_6

Escola Ibérica da Paz. A consciência crítica da conquista e colonização da América: 1511-1694/Escuela Ibérica de la Paz. La conciencia crítica de la conquista y colonización de América: 1511-1694. [direção de] Pedro Calafate & Ramón Emilio Mandado Gutiérrez. Prefacio/Prefacio António Augusto Cançado Trindade. Santander: Editorial de la Universidad de Cantábria, 2014, 427pp. ISBN: 978-84-8102-714-3

Talvez pela dificuldade em encontrar nas livrarias comuns este volume, tinhamos passado despercebida uma literalmente belíssima edição coordenada por Pedro Calafate, estudioso que entre nós mais tem labutado pelo reconhecimento nacional e internacional do pensamento português, mormente da discutivelmente denominada